



## ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE IBICUITINGA – IPREV

Aos vinte e dois dias do mês de julho de 2025, às 09h30min, na sede do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Ibicuitinga – IPREV, situada na Rua Capitão Manoel Antônio, nº 1692, realizou-se a reunião ordinária do Comitê, conforme definido previamente, ocorrendo sempre no mês seguinte ao fechamento trimestral. Participaram o Sr. Genicleudo Góes Maia (Presidente do IPREV e do Comitê), os demais membros do Comitê, Laridsa Falcão Rabelo e Ivan Bruno Saldanha Monteiro, e a Diretora Financeira, Francisca Orleni Silva. O assunto em pauta foi o cenário econômico atual e o acompanhamento dos investimentos no 2º trimestre de 2025. O Sr. Genicleudo iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e, na sequência, abordou o cenário econômico com base no panorama de julho elaborado pela LEMA, destacando que, em junho de 2025, a economia brasileira apresentou sinais de desaceleração, ainda que o mercado de trabalho se mantivesse resiliente. A taxa de desemprego recuou para 6,2%, atingindo mínima histórica, enquanto a renda média real cresceu 3,1%. Por outro lado, indicadores de atividade, como o PMI, permaneceram abaixo de 50 pontos, refletindo retração tanto na indústria quanto nos serviços. A inflação acumulada em 12 meses, medida pelo IPCA-15, alcançou 5,27%, acima do teto da meta, o que levou o Copom a elevar a taxa Selic para 15% ao ano, o maior patamar desde 2006, reforçando o caráter restritivo da política monetária. No cenário internacional, os Estados Unidos registraram queda do PIB no primeiro trimestre (-0,5%), mas sustentaram o consumo com apoio do mercado de trabalho, cuja taxa de desemprego recuou para 4,1%. A inflação medida pelo PCE ficou em 2,3% ao ano, ainda acima da meta do Federal Reserve, que manteve os juros entre 4,25% e 4,50%. Na Europa, a inflação voltou ao nível da meta do BCE (2,0%), levando à redução da taxa básica para 2% ao ano, embora a taxa de desemprego tenha subido para 6,3%. Já a China apresentou melhora na indústria, mas desaceleração nos serviços, além de inflação muito baixa (0,1% anual), em meio à prorrogação da trégua tarifária com os EUA. Nos investimentos, a renda fixa de maior duration se destacou, com altas do IRF-M 1+ (2,09%) e do IMA-B 5+ (1,86%), enquanto ativos conservadores, como o CDI, também mantiveram bons retornos. Na renda variável, o S&P 500 avançou 4,96% e o Ibovespa subiu 1,33%. Diante do ambiente de juros elevados e das incertezas globais, o relatório recomendou





postura conservadora para os RPPS, priorizando alocações atreladas ao CDI, títulos públicos e estratégias de menor volatilidade, reforçando a importância da cautela na condução dos investimentos. Em seguida, foi apreciado o relatório analítico dos investimentos do 2º trimestre de 2025, que revelou que, em 30 de junho de 2025, o IPREV possuía um patrimônio financeiro de R\$ 25.132.955,34, distribuído da seguinte forma: 93,25% em fundos de renda fixa, 4,24% em fundos estruturados e 2,52% em renda variável. Os enquadramentos estavam alocados em 63,88% no artigo 7º, inciso I, alínea “b”; 21,85% no artigo 7º, inciso III, alínea “a”; 7,52% no artigo 7º, inciso IV; 4,24% no artigo 10º, inciso I; e 2,52% no artigo 8º, inciso I. As aplicações estavam distribuídas entre Banco Bradesco (63,99%), BB Gestão de Recursos DTVM (21,89%), Ativos Financeiros – Títulos Privados (7,52%) e Caixa Distribuidora (6,61%). Do total, 88,39% tinham liquidez de 0 a 30 dias, 7,52% acima de dois anos e 4,09% com liquidez entre 181 e 365 dias. Os retornos mensais foram positivos: R\$ 259.754,94 em abril, R\$ 259.139,74 em maio e R\$ 228.493,45 em junho, totalizando R\$ 747.388,13 no trimestre e R\$ 1.231.882,19 no 1º semestre de 2025. Apesar disso, o desempenho ficou abaixo da meta atuarial, atingindo 5,35% ante a meta acumulada de 5,67%. O Sr. Genicleudo informou que já havia solicitado à consultoria sugestões para aplicação do saldo do repasse previdenciário recebido após o pagamento da folha, considerando a viabilidade de aplicação em fundos vértice. A consultoria destacou que, diante do atual patamar de juros, a estratégia adotada por fundos de vértice é viável, pois as taxas dos títulos vêm sendo negociadas acima da meta atuarial do IPREV em 2025 (IPCA + 5,27% a.a.). Ressaltou-se, no entanto, que a carência impede resgates antes do vencimento, exigindo análise da liquidez e solvência do RPPS. Foi frisado ainda que, conforme as normas da CVM, os fundos devem marcar os ativos a mercado, o que gera volatilidade ao longo do período, garantindo o retorno apenas no vencimento. A análise de viabilidade deve, portanto, considerar a compatibilidade dos prazos com as obrigações atuariais do RPPS, conforme previsto no Art. 115 da Portaria MTP nº 1.467/2022. Segundo a Avaliação Atuarial 2025, elaborada pela Consultoria Atuarh, o resultado foi superavitário em R\$ 1.198.336,30; contudo, desconsiderando o plano de amortização, identificou-se déficit total a equacionar de R\$ 39.074.663,18. Para o exercício em estudo, foi projetado superávit financeiro de R\$ 9.431.583,91, sendo que o resultado atuarial só se tornará negativo em 2043, quando as despesas ultrapassarão as receitas. Dessa forma, a avaliação indica que o IPREV



possui condições de manter ativos com prazo de carência. Assim, considerou-se viável a alocação de R\$ 500 mil em fundo de vértice, conforme sugerido pelos gestores do RPPS, recomendando-se a utilização de recursos atualmente aplicados no BB Tesouro FIC Renda Fixa Selic para redirecionamento ao Caixa Brasil Especial 2026 TP FIF RF – RL, já integrante da carteira, elevando sua participação para aproximadamente 6,08%. A Sra. Orleni esclareceu que seria necessário o resgate de R\$ 392.251,60 para completar o valor da aplicação, considerando que o saldo do repasse mensal de R\$ 107.478,40 já se encontrava disponível. O Sr. Genicleudo informou ainda que o repasse mensal do INSS(compensação previdenciária) de julho foi de R\$ 60.289,18, valor superior ao usual em virtude de repasse acumulado homologado pelo TCE, que será alocado no fundo BB Renda Fixa Longo Prazo Selic, na conta do COMPREV mantida no Banco do Brasil, conforme aprovação anterior. Após esclarecimentos, a proposta foi colocada em votação e, sem contestações, aprovada por unanimidade pelos membros do Comitê. Nada mais havendo a tratar, eu, Genicleudo Góes Maia, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por todos os presentes.

Genicleudo Góes Maia

Leandira Falcão Rabelo

Juan Bruno Saldanha Monteiro

Francisca Orleni Silva